

Continuação

www.slcagricola.com.br

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital					Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total da participação dos acionistas da Companhia	Participação dos acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ágio/deságio na emissão de ações	Opções outorgadas reconhecidas	Reserva aquisição investimento	Ações em tesouraria	Reserva de investimento incentivada	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial				
Saldos em 1 de janeiro de 2024	2.012.522	15.387	87.461	65.856	(57.707)	91.982	244.548	1.053.294	5.628	1.408.087	-	4.927.058	314.808	5.241.866
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(111.652)	(111.652)
Ágio/deságio na venda de ações	-	(2.828)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.828)	-	(2.828)
Remuneração baseada em ações reconhecidas no exercício	-	-	17.512	-	-	-	-	-	-	-	-	17.512	-	17.512
Remuneração baseada em ações exercidas no exercício	-	-	(9.236)	-	18.415	-	-	-	-	-	-	9.179	-	9.179
Recompra de ações	-	-	-	-	(9.288)	-	-	-	-	-	-	(9.288)	-	(9.288)
Ágio na transação de capital	-	(414.930)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(414.930)	-	(414.930)
Perdas não realizadas com instrumentos de hedge, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(723.409)	-	(723.409)	(36.340)	(759.749)
Realização da depreciação do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.162)	1.162	-	-	-
Realização do custo atribuído ativo imobilizado - reflexa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(51)	51	-	-	-
Ajuste custo atribuído ativo imobilizado em controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(278)	278	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	509.410	509.410	(27.687)	481.723
Destinação proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	204.946	25.371	45.196	(5.628)	-	(269.885)	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	-	-	(194.526)	-	-	-	(194.526)	(32.257)	(226.783)
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(120.508)	-	(120.508)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	120.508	-	-	-	(120.508)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.012.522	(402.371)	95.737	65.856	(48.580)	296.928	269.919	1.024.472	-	683.187	-	3.997.670	106.872	4.104.542

	Reserva de capital					Reserva de lucros						Participação dos acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ágio/deságio na emissão de ações e transações de capital	Opções outorgadas reconhecidas	Reserva aquisição investimento	Ações em tesouraria	Reserva de investimento incentivada	Reserva legal	Reserva de expansão	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total da participação dos acionistas da Companhia		
Saldos em 1 de janeiro de 2025	2.012.522	(402.371)	95.737	65.856	(48.580)	296.928	269.919	1.024.472	683.187	-	3.997.670	106.872	4.104.542
Aumento de capital	914.158	-	-	-	-	-	-	(914.158)	-	-	-	913.783	913.783
Recompra de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(103.000)	(103.000)
Ganho em variação na participação	-	367.075	-	-	-	-	-	-	(36.512)	-	330.563	(330.563)	-
Perda em variação na participação	-	(12.832)	-	-	-	-	-	-	2.042	-	(10.790)	10.790	-
Ágio/deságio na venda de ações	-	(2.888)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.888)	-	(2.888)
Remuneração baseada em ações reconhecidas no exercício	-	-	14.707	-	-	-	-	-	-	-	14.707	-	14.707
Remuneração baseada em ações exercidas no exercício	-	-	(7.927)	-	16.914	-	-	-	-	-	8.987	-	8.987
Ganhos/perdas não realizados com instrumentos de hedge, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	663.101	-	663.101	31.234	694.335
Realização da depreciação do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	(866)	866	-	-	-
Realização custo atribuído ativo imobilizado - vendas	-	-	-	-	-	-	-	-	(58)	58	-	-	-
Custo atribuído ativo imobilizado em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	2.661	(2.661)	-	-	-
Ajuste custo atribuído ativo imobilizado em controlada - reflexa	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.312)	-	(5.312)	(5.312)	(10.624)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	555.573	555.573	9.640	565.213
Destinação proposta:													
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	1.133	17.527	135.176	-	(153.836)	-	-	-
Dividendos intercalares e Juros sobre Capital Próprio (JCP)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(400.000)	(400.000)	(9.112)	(409.112)
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	-	-	(120.508)	-	-	(120.508)	-	(120.508)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.926.680	(51.016)	102.517	65.856	(31.666)	298.061	287.446	124.982	1.308.243	-	5.031.103	624.332	5.655.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SLC Agrícola S.A., fundada em 1977, a seguir denominada como “Controladora”, “SLC” ou “Companhia”, e suas controladas (conjuntamente referidas como “o Grupo” ou “Consolidado”), possui sede localizada na Avenida Doutor Nilo Peçanha, 2900/301, na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil, e tem como objeto social as atividades de agricultura e pecuária; produção e comercialização de sementes e mudas; beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportá-los e importar bens para seu uso e consumo próprio; fornecimento de bens e produtos agropecuários primários e mercadorias em geral aos seus funcionários; prestação de serviços de recepção, limpeza, secagem e armazenamento de cereais de terceiros; prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; comércio, importação e exportação de produtos agrícolas; atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros; fabricação e comércio de açúcar, álcool e seus derivados; atividade de armazém geral; fabricação de óleo vegetal bruto, comestível ou não; comercialização de energia; e serviços de análises e certificação de sementes. Em 1º de setembro de 2025, a Companhia e suas controladas iniciaram o cultivo da safra 2025/26, operando com 26 unidades de produção, com área planejada de 837.20 mil hectares, entre áreas próprias e arrendadas de terceiros e partes relacionadas, localizadas em oito estados brasileiros: Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará e Piauí.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem às disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e também conforme as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”).

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no OCPC 7 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. As políticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 11 de março de 2026.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Combinação de negócios;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo;
- Os ativos biológicos, não classificados como plantas portadoras, mensurados pelo valor justo, utilizando a abordagem de renda e de mercado, deduzido das despesas com vendas e custos a incorrer a partir da transformação biológica relevante das culturas e do desmame ou aquisição do rebanho bovino;
- Os produtos agrícolas após a colheita, mensurados pelo valor realizável líquido;
- Propriedades para investimento, mensuradas pelo valor justo; e
- Transações de pagamento baseado em ações, mensuradas a valor justo na data de outorga.

c) Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

d) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento do Grupo na investida.

Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

e) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis, para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e exercício do julgamento são revisitados de maneira contínua e os resultados desse processo são reconhecidos tempestivamente e em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização.

As informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis que podem resultar em efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

Notas	Natureza
2.f	Mensuração do valor justo na combinação de negócios
7	Mensuração do valor realizável líquido dos produtos agrícolas
8	Mensuração do valor justo de ativos biológicos
12	Mensuração do valor justo de propriedades para investimento
13	Taxa de desconto aplicada na mensuração do passivo de arrendamento
14 e 15	Seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível
15	Recuperabilidade de ativos com vida útil indefinida - ágio por expectativa de rentabilidade futura
19	Provisão para riscos ambientais, cíveis, trabalhistas e tributários e ativos e passivos contingentes
20	Imposto de renda e contribuição social diferidos
25	Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros
28	Mensuração do valor justo das transações de pagamento baseado em ações na data de outorga

f) Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa, quando incorridos.

A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o *input* - entrada de recursos adquirido em *outputs* - saídas de recursos; e os *inputs* - entradas de recursos adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, os conhecimentos ou a experiência necessários para executar esse processo; ou se for fundamental para a capacidade de continuar a produzir *outputs* e ser considerado único ou escasso ou não pode ser substituído sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo *outputs* - saída de recursos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Aquisição da Sierentz Agro Brasil Ltda.

Em 6 de março de 2025, conforme divulgado ao mercado, a Companhia celebrou contrato vinculante de compra e venda de quotas para a aquisição, por meio de sua subsidiária integral SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. (“Compradora”), de 100% (cem por cento) da empresa Sierentz Agro Brasil Ltda. (“Sierentz”).

A operação da Sierentz é 100% em áreas arrendadas, localizadas nos estados do Maranhão (MA), Piauí (PI) e Pará (PA), totalizando aproximadamente 96 mil hectares físicos, sendo no Maranhão, em torno de 68 mil hectares; e no Piauí, 18 mil hectares; e, no Pará, 10 mil hectares. Parte dessas áreas tem aptidão para a realização de segunda safra, totalizando um potencial de aproximadamente 135 mil hectares plantados.

Ainda, conforme informado em Fato Relevante, 31.882 hectares físicos possuíam proposta vinculante para aquisição dos direitos de operação pela Terrus S.A., operacionalizada por meio de uma cisão parcial da Sierentz. Com essa cisão parcial, a parcela cindida foi incorporada em uma nova empresa, vendida a Terrus S.A., conforme detalhado na seção: “Cisão parcial dos ativos adquiridos da Sierentz Agro Brasil Ltda.”.

Em 1 de julho de 2025, todas as condições precedentes usuais para aquisição da Sierentz foram superadas, incluindo sua submissão à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Conforme Fato Relevante, divulgado em 1 de julho de 2025, o preço de compra inicialmente estimado era de USD 135.245 (R\$ 737.231), composto pelo: (a) valor do negócio; (b) capital de giro base; (c) dívida líquida base; (d) reembolso do avião e reembolso de Capex (e) reembolso de culturas de cobertura e (f) ajuste de *Property Plant and Equipment* (PP&E) mais ou menos o capital de giro, menos a dívida líquida, com base no balanço a ser apurado em 30 de junho de 2025.

Em concordância com o contrato, em 1 de julho de 2025 foi realizado o pagamento da primeira parcela, correspondente a 60% do valor da transação, no montante de USD 81.147 (R\$442.339) na data do desembolso. Como o valor total da transação foi reduzido, o valor pago a maior será descontado da segunda parcela, a ser paga em abril de 2026. A terceira parcela será quitada em abril de 2027.

Em 23 de dezembro de 2025, as partes acordaram o ajuste de preço, sendo a conclusão final do preço de compra no valor de US\$ 129.000, definitivo e fixo, não estando sujeito a qualquer outro ajuste.

Os valores reconhecidos relacionados aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos identificáveis, na data de aquisição posteriormente cindidos, estão demonstrados na tabela a seguir.

Ativo	Valor justo
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	59.162
Contas a receber de clientes	47.075
Adiantamentos a fornecedores	5.240
Estoques	218.645
Ativos biológicos	124.568
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	24.312
Tributos a recuperar	48.887
Operações com derivativos	4.118
Outras contas a receber	5.728
Despesas antecipadas	1.009
Total do ativo circulante	538.744
Não circulante	
Tributos a recuperar	52.654
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.761
Outros créditos	57.257
	118.672
Ativo de direito de uso (i)	498.130
Imobilizado (i)/(ii)	694.046
Intangível	108
	1.192.284
Total do ativo não circulante	1.310.956
Total do ativo	1.849.700

www.slcagricola.com.br

Continua